



Caderno de Provas

CCMN 17 – NS

ASSISTENTE LEGISLATIVO (ALNS) – LETRAS

Edital Nº. 001/2023 –
Câmara Municipal de Natal/RN

Data: ____/____/____

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica azul ou preta.
- Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher a **Folha de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue a **Folha de Respostas** e o **Caderno de Provas** ao fiscal.
- Este **Caderno de Provas** contém, respectivamente, 10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 10 (dez) questões de Lógica e 20 (vinte) questões de Conhecimentos específicos.
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:

	A	B	C	D
1	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
4	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
⋮				

- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento da **Folha de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões objetivas e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

<i>Disciplina</i>	<i>Número de questões</i>	<i>Pontos</i>
Lógica	10 questões	20 pontos
Língua Portuguesa	10 questões	20 pontos
Conhecimentos específicos	20 questões	60 pontos
PONTUAÇÃO TOTAL		100 pontos

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÓGICA

01. A sequência a seguir possui cinco palavras de seis letras e obedece a um princípio lógico: CABEÇA, FEDIDO, BIFASE, INHAME, X. A palavra que substitui, correntemente, o X é

- A) REGALO.
- B) CAJADO.
- C) VIROSE.
- D) FALADA.

02. Considere a construção da tabela-verdade abaixo

Linha	A	B	C	$A \rightarrow (A \rightarrow \sim C) \leftrightarrow (B \vee C)$
1	V	V	V	
2	V	V	F	
3	V	F	V	
4	V	F	F	
5	F	V	V	
6	F	V	F	
7	F	F	V	
8	F	F	F	

Os resultados obtidos para a proposição $A \rightarrow (A \rightarrow \sim C) \leftrightarrow (B \vee C)$, na ordem crescente das linhas ímpares, são

- A) FFVF.
- B) FVVV.
- C) FFVV.
- D) VFFV.

03. Três amigos resolveram fazer o concurso da Câmara Municipal de Natal-RN. O primeiro mora em Parnamirim; o segundo, em Macaíba; e o terceiro, em Natal. Os nomes desses amigos são Abel, Beto e Carlos. Os três possuem formações acadêmicas distintas e concorrerão a vagas diferentes no concurso: jornalista, contador e administrador. Sobre os três amigos, sabem-se as informações abaixo.:

- O que mora, em Parnamirim, nem é contador nem administrador;
- O que mora, em Macaíba, não se chama Carlos nem Beto;
- Nem Beto nem o contador moram em Natal.

A partir dessas informações, conclui-se que

- A) Abel mora em Macaíba e é jornalista.
- B) Carlos mora em Parnamirim e é contador.
- C) Abel mora em Natal e é administrador.
- D) Beto mora em Parnamirim e é jornalista.

04. A negação da frase: “Natal é a cidade mais bonita do Nordeste e seu povo é o mais hospitaleiro” é:

- A) “Natal não é a cidade mais bonita do Nordeste ou seu povo não é o mais hospitaleiro”.
- B) “Natal não é a cidade mais bonita do Nordeste ou seu povo é o mais hospitaleiro”.
- C) “Natal não é a cidade mais bonita do Nordeste e seu povo não é o mais hospitaleiro”.
- D) “Natal é a cidade mais bonita do Nordeste e seu povo não é o mais hospitaleiro”.

CONCURSO PÚBLICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL/RN
EDITAL Nº 001/2023

05. Se a afirmação (I) “Se eu sou potiguar, sou nordestino” é dada como verdadeira, então, a afirmação (II)
- A) “Se eu não sou potiguar, sou nordestino” é verdadeira.
 - B) “Se eu não sou nordestino, sou potiguar” é verdadeira.
 - C) “Se eu não sou potiguar, não sou nordestino” é equivalente à afirmativa (I).
 - D) “Se eu não sou nordestino, não sou potiguar” é equivalente à afirmativa (I).

















06. Os números distribuídos nas linhas e colunas do quadro a seguir obedecem a determinados padrões.

3	7	7	A
B	11	23	12
7	15	C	32
9	D	79	60

A soma dos números que ocupam o lugar das letras A, B, C e D é igual a

- A) 42.
 - B) 71.
 - C) 99.
 - D) 84.
07. Em um concurso público, estão disponíveis três vagas para Assistente Geral, cuja exigência é que os aprovados tenham curso superior. Na fase final do concurso, ficaram classificados seis candidatos com formação em Direito, oito candidatos com formação em Administração e dez candidatos com formação em Engenharia. Todos esses candidatos estavam empatados em todos os parâmetros previstos e, nesse caso, de acordo com o edital, o preenchimento das vagas deve ser feito por sorteio. Sorteando aleatoriamente três candidatos entre esses classificados, a probabilidade que as vagas sejam preenchidas por um candidato de cada formação é
- A) 3/352.
 - B) 1/160.
 - C) 24/235.
 - D) 60/253.
08. Uma frase que, logicamente, não representa uma contingência é:
- A) Se Natal é a capital do RN, então Natal é a capital do RN e Parnamirim é bonita.
 - B) Se Natal é a capital do RN, então Natal é a capital do RN ou Parnamirim é bonita.
 - C) Se Natal é a capital do RN ou Parnamirim é bonita, então Parnamirim é bonita.
 - D) Se Natal é a capital do RN ou Parnamirim é bonita, então Natal é a capital do RN e Parnamirim é bonita.

09. No quadro abaixo, cada figura representa o valor de um número natural. Os números da coluna à direita do quadro representam a soma dos valores das quatro figuras em cada uma das respectivas linhas, e os números da linha abaixo do quadro representam a soma dos valores das quatro figuras em cada uma das respectivas colunas.

				22
				9
				16
				15
18	20	13	11	

Dadas essas informações, considere a seguinte operação:

$$2 \times \text{diamond with cross} + \text{star} - \text{circle with dot}$$

O valor correspondente dessa operação é

- A) 13.
 B) 10.
 C) 14.
 D) 15.
10. Três amigos foram juntos a um evento. Chegando lá, descobriram que, para entrar, obrigatoriamente, os convidados deveriam ser maiores de 18 anos. Se José é maior de 18 anos, então João é menor. Se José é menor de 18 anos, então João é maior. Se José é maior de 18 anos, Jair é menor. Se José é menor de 18 anos, então Jair é maior. Se João é menor de 18 anos, então Jair é maior. Sendo assim, puderam entrar no evento
- A) somente José e João.
 B) somente João e Jair.
 C) somente José e Jair.
 D) os três amigos.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de 11 a 29 referem-se ao texto a seguir.

TEXTO

A cor da injustiça ambiental no Brasil

Carolina Azevedo e Samantha Prado

Na semana do Carnaval, o litoral norte de São Paulo foi afetado por um desastre ambiental sem precedentes na história do Brasil. Foram mais de 680 milímetros de chuva acumulados no período de 24 horas, o maior registro do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) no país até o momento – o que resultou na devastação de diversas áreas nas cidades de Guarujá, Bertioga, São Sebastião, Caraguatatuba, Ilhabela e Ubatuba. Ao todo foram 65 mortos e mais de 2 mil pessoas entre desabrigados e desalojados.

A situação não pode ser lida apenas como um evento extremo isolado. Desastres bastante similares têm ocorrido nos últimos anos, como as inundações em Petrópolis (RJ) e Pernambuco em 2022. O que esses episódios têm em comum? Os mais afetados são majoritariamente a população pobre e negra.

Com o objetivo de analisar como os efeitos da crise ambiental se manifestam de forma territorialmente desigual, impactando desproporcionalmente certas populações a depender do seu grau de vulnerabilidade, o Instituto Pólis realizou o estudo “Racismo ambiental e justiça socioambiental nas cidades”. De acordo com a pesquisa, esse desequilíbrio é, em parte, a expressão da injustiça e do racismo ambientais nas cidades brasileiras. “Temos visto nos últimos anos, especialmente no verão, diversos desastres no país – e também quais foram suas vítimas. Acompanhamos um agravamento das situações e, com certeza, o negacionismo no momento de compreender as mudanças climáticas e seus impactos urbanos está dentro da lógica de como construímos as nossas cidades”, declara Maria Gabriela Feitosa dos Santos, uma das pesquisadoras que fez parte da produção do estudo.

Existe um padrão recorrente inegável quanto à distribuição territorial da população nas cidades brasileiras. Observando o censo do IBGE de 2010, é possível ver que a renda é maior nas áreas onde a população residente é mais branca do que negra – territórios que condizem com condições de urbanização e saneamento melhores, contando com maior investimento público. Mais dados do censo mostram que os chamados aglomerados subnormais, áreas caracterizadas por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação, reiteram o padrão territorial observado. Nas três cidades estudadas pelo Instituto Pólis – São Paulo, Recife e Belém –, o percentual de pessoas negras que residem em áreas desse tipo supera as médias de cada município, evidenciando a tendência de concentração desse grupo nesses territórios.

Em outras palavras, a distribuição demográfica e racial das cidades evidencia que a população negra vive em piores condições ambientais e com menos recursos financeiros para lidar com os impactos de eventuais emergências ou desastres – colocando-a em situação de vulnerabilidade. “Por estarmos em uma sociedade racialmente estruturada, a desigualdade social é um instrumento que opera de acordo com essa lógica. Isso pode ser visto sobretudo no funcionamento da expansão imobiliária”, diz Maria Gabriela. As áreas onde o mercado imobiliário não tem interesse acabam sendo esquecidas pelo poder público, deixadas de lado no quesito de criação de infraestrutura e, por isso, tornam-se locais mais baratos e viáveis para serem ocupados pela população mais vulnerabilizada. “Essa desigualdade gera riscos socialmente produzidos. São escolhas feitas pelas políticas urbanas que a gente tem adotado e implementado, gerando uma lógica de ocupação de risco”, completa Feitosa dos Santos.

A localização e as características dos aglomerados subnormais nas três cidades analisadas ilustram como a ocupação de áreas de potencial risco são apropriadas pela população vulnerabilizada como alternativa para a questão habitacional não tratada pelo Estado. Em São Paulo, o IBGE aponta que 355.756 domicílios em aglomerados subnormais encontram-se em áreas de encosta e margens de rios, córregos e lagos. É importante ressaltar que a ocupação de áreas de risco não advém de uma escolha, mas sim da total falta de alternativas habitacionais. “Chamamos atenção para a questão do déficit habitacional. Pessoas e famílias residem em áreas inapropriadas como uma última alternativa, uma resposta própria à questão habitacional que historicamente não tem sido equacionada pelo Estado como deveria ser”, diz a pesquisadora.

Todo esse quadro expõe a forma como os conceitos de justiça socioambiental e racismo ambiental são intrincados: enquanto o primeiro caracteriza a produção de impactos desiguais pelo meio ambiente, que sobrecarregam grupos minoritários e a população de baixa renda; o racismo ambiental evidencia as consequências dessas degradações, concentradas em bairros e territórios periféricos, onde vivem famílias mais pobres e há maior concentração de pessoas negras, indígenas e quilombolas.

Para além do déficit habitacional, está a diferença de tratamento entre comunidades de baixa renda e condomínios de luxo em áreas sujeitas a desastres ambientais. Não bastando serem proibidas pela classe média e alta de construir moradia nas faixas de terra mais seguras, populações assentadas em áreas de risco ambiental são frequentemente retiradas à força e sem qualquer garantia de direitos, enquanto moradores de condomínios e chácaras são tratados por autoridades com complacência.

Esse é o caso de moradores das margens da Represa Billings, no extremo sul da cidade de São Paulo. Segundo mapeamento do Instituto Pólis, comunidades de baixa-renda do Jardim Noronha receberam de autoridades quatro ameaças de remoção, dada a fragilidade ambiental e o risco apresentado pela área de mananciais. O tratamento, no entanto, não se estendeu para o loteamento de chácaras Jardim Moraes Prado, bairro vizinho também colado à represa. O caso evidencia que a intervenção pública é também pautada pelo racismo ambiental, como explica Feitosa dos Santos: “Há uma tendência de criminalização de muitas dessas áreas em detrimento de ocupações de alto padrão que dividem a mesma área e ainda assim não são alvo da mesma criminalização que acontece com as ocupações. É necessário compreender esse cenário e incluir a população marginalizada dentro dessa demanda.”

Ou seja, no contexto de desastres climáticos como as chuvas que assolaram o litoral paulista, políticas paliativas voltadas para regiões ricas das cidades não são o bastante, dado que as mudanças climáticas continuarão agravando a situação de comunidades periféricas a cada ano. “É necessário que se reverta essa lógica de políticas paliativas por políticas perenes, que antecedam esses fenômenos. Elas não necessariamente vão evitar mas vão dar capacidade de resiliência a essa população”, defende a pesquisadora.

Para isso, é necessário entender a crise climática a partir de uma perspectiva social e racial, como propõe o Instituto Perifa Sustentável, que reivindica a democratização e a representatividade das juventudes nos locais de tomada de decisão em relação a políticas ambientais. Amanda Costa, diretora executiva do instituto, advoga: “Falar de clima é falar de um direito básico. Quando pensamos em direitos básicos pensamos em saúde, educação, transporte, mas o clima é uma questão transversal, que afeta todas as outras.” Como respostas, a ativista sustenta inverter a lógica que permeia a elaboração de políticas públicas nas cidades: partindo mais frequentemente de regiões ricas e majoritariamente brancas, políticas ambientais e sanitárias precisam colocar a periferia no centro.

No entanto, em uma sociedade estruturalmente racista, quem mais sofre menos é ouvido. Os espaços de debate ambiental e de elaboração de políticas públicas ainda são dominados por homens brancos, como conta Mahryan Sampaio, do Instituto Perifa Sustentável: “O fato de eu dialogar com pessoas que não têm a mesma cor que eu mas estão ocupando os espaços de poder é um caso de racismo ambiental. Recentemente, Marina Silva nos convidou para conversar com os patriarcas e as matriarcas do ambientalismo brasileiro. Nós éramos as únicas pessoas pretas e jovens. Isso é racismo ambiental”.

Para que populações periféricas possam viver com dignidade nas cidades brasileiras, é necessário pensar na questão climática de maneira interseccional, pois a injustiça ambiental no Brasil tem cor. Será apenas colocando pessoas pretas, indígenas e periféricas nos locais de tomada de decisão que discussões levantadas em fóruns como a COP 26 – da qual as ativistas do Perifa Sustentável participaram – podem se reverter em políticas efetivas de combate a desastres climáticos e tantas outras questões do dia a dia na periferia, das ruas tomadas por lixo ao problema do saneamento básico. “Colocar essas pessoas no poder é olhar para a base, para quem está no território e entende sua complexidade. O olhar que está lá tem cor e é limitado, pouco diverso, ele não inclui. Esse é um momento histórico para a questão ambiental, que viu um grande desmonte nos últimos quatro anos”, completa Costa.

Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/a-cor-da-injustica-ambiental-no-brasil/>>. Acesso em: 3 de mar. 2023. [Adaptado]

11. Para compreender o título do texto, o leitor

- A) deve considerar, tão somente, o seu conhecimento linguístico.
- B) deve considerar, tão somente, o sentido metonímico da expressão “cor da injustiça”.
- C) deve, além de recuperar o sentido denotativo, considerar as informações contidas no texto.
- D) deve, além de recuperar o sentido conotativo, considerar as informações desenvolvidas no texto.

12. A intenção prioritária do texto é

- A) discordar da discussão sobre “Racismo ambiental e justiça socioambiental nas cidades” desenvolvida pelo Instituto Pólis.
- B) apresentar os resultados de um estudo desenvolvido em três capitais brasileiras de regiões distintas, sobre Racismo ambiental e justiça socioambiental.
- C) desenvolver uma opinião totalmente alicerçada em dados apresentados pelo estudo desenvolvido pelo Instituto Pólis e pelo IBGE.
- D) concordar parcialmente com o ponto de vista dos que defendem que há um tratamento diferenciado em relação à distribuição demográfica e racial das cidades.

13. A discussão desenvolvida no texto é realizada a partir de uma questão

- A) polêmica: o que os desastres ambientais têm de intersecção?
- B) polêmica: a justiça ambiental no Brasil opera de maneira desigual?
- C) não polêmica: como o racismo ambiental impacta na vida da população negra?
- D) não polêmica: por que os desastres ambientais atingem apenas a população pobre e negra?

14. De acordo com o texto, é possível inferir que

- A) a elaboração de políticas públicas jamais será dominada por homens pretos.
- B) os debates ambientais eram conduzidos majoritariamente por homens brancos
- C) a elaboração de políticas públicas já é conduzida por homens pretos.
- D) os espaços de debates ambientais já foram exclusivamente dominados por homens brancos.

15. No período “**Existe um padrão recorrente inegável quanto à distribuição territorial da população nas cidades brasileiras**”,

- A) o sujeito do verbo “**existir**” foi flexionado no singular por se encontrar elíptico.
- B) o verbo “**existir**” não tem sujeito por ser um verbo impessoal, tal qual o verbo “**haver**”.
- C) a expressão “**um padrão recorrente inegável**” funciona como sujeito do verbo “**existir**”.
- D) a expressão “**um padrão recorrente inegável**” funciona como objeto direto do verbo “**existir**”.

16. Considerando o texto em sua totalidade, a sequência dominante apresenta-se estruturada em
- A) apresentação de ponto de vista, de argumentos por meio de dados e de conclusão.
 - B) problematização inicial, explicações ao questionamento proposto e avaliação do problema.
 - C) revelação do tema, enumeração das características relacionadas ao problema e retomada do tema.
 - D) apresentação de um problema, das ações relacionadas ao problema, da resolução e da avaliação do problema.
17. Nos parágrafos 9 e 12, o conector “**no entanto**” é utilizado para interligar
- A) períodos, estabelecendo relações sintáticas distintas.
 - B) orações, estabelecendo relações sintáticas distintas.
 - C) respectivamente períodos e parágrafos, estabelecendo a mesma relação semântica.
 - D) respectivamente orações e parágrafos, estabelecendo a mesma relação semântica.
18. No quinto parágrafo, as informações são introduzidas pela expressão “**em outras palavras**” e, no décimo parágrafo, pela expressão “**ou seja**”. Essas expressões são
- A) sinônimas e têm a função de explicitar informações apresentadas anteriormente.
 - B) sinônimas e têm a função de retificar informações que foram apresentadas anteriormente.
 - C) utilizadas para estabelecer relações de sentido distintas: a primeira acrescenta dados complementares, e a segunda explicita informações apresentadas anteriormente.
 - D) utilizadas para estabelecer relações de sentido distintas: a primeira parafraseia o parágrafo anterior, e a segunda retifica informações apresentadas anteriormente.
19. A ideia central do primeiro parágrafo encontra-se
- A) implícita, e os três períodos, que o constituem, apresentam características predominantes do tipo textual narrativo.
 - B) explícita no primeiro período e é desenvolvida nos dois períodos seguintes; os três períodos apresentam características predominantes do tipo textual narrativo.
 - C) explícita no último período e sintetiza as informações contidas nos dois períodos anteriores; os três períodos apresentam características predominantes do tipo textual descritivo.
 - D) implícita, e os três períodos, que o constituem, apresentam características predominantes do tipo textual descritivo.

20. Considere o parágrafo abaixo.

A localização e as características dos aglomerados subnormais nas três cidades analisadas ilustram como a ocupação de áreas de potencial risco são apropriadas pela população vulnerabilizada como alternativa para a questão habitacional não tratada pelo Estado. Em São Paulo, o IBGE aponta que 355.756 domicílios em aglomerados subnormais encontram-se em áreas de encosta e margens de rios, córregos e lagos. É importante ressaltar que a ocupação de áreas de risco não advém de uma escolha, mas sim da total falta de alternativas habitacionais. “Chamamos atenção para a questão do déficit habitacional. Pessoas e famílias residem em áreas inapropriadas como uma última alternativa, uma resposta própria à questão habitacional que historicamente não tem sido equacionada pelo Estado como deveria ser”, diz a pesquisadora.

Nesse parágrafo, há presença

- A) tão somente de uma citação direta, que se coaduna com o pensamento das autoras e se caracteriza pela transcrição das palavras da fonte citada e pelo uso de aspas.
- B) tão somente de uma citação indireta, que se contrapõe ao pensamento das autoras e se caracteriza pela paráfrase do pensamento da fonte citada.
- C) de duas citações indiretas, que se contrapõem ao pensamento das autoras e são caracterizadas pela paráfrase do pensamento da fonte citada pelo uso de aspas.
- D) de uma citação direta e outra indireta, que se coadunam com o pensamento das autoras e são caracterizadas por serem introduzidas por um verbo de dizer.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – ASSISTENTE LEGISLATIVO (ALNS) – LETRAS

21. Avalie as afirmações relativas à progressão discursiva do texto.

- I. A introdução está circunscrita tão somente ao primeiro parágrafo em que é apresentada uma catástrofe ocorrida em São Paulo.
- II. O desenvolvimento inicia no momento em há apresentação da pesquisa realizada pelo Instituto Pólis acerca de “Racismo Ambiental e justiça socioambiental nas cidades”.
- III. O desenvolvimento está subdividido em subseções: uma delas está circunscrita do parágrafo 3 ao 7 e trata da distribuição territorial desigual da população brasileira.
- IV. Outra subseção do desenvolvimento, que aborda o tratamento socioambiental diferenciado dado à população de classes sociais de baixa renda e às mais favorecidas economicamente, está circunscrita do parágrafo 8 ao 10.
- V. Os parágrafos 12 e 13 concluem a discussão, apontando a causa raiz do problema e uma proposta de intervenção que pode interferir na qualidade das populações periféricas das grandes cidades brasileira.
- VI. A conclusão restringe-se ao último parágrafo em que é retomado o posicionamento já anunciado no título do texto, além de sugerir uma proposta para solucionar os problemas relacionados tanto à população periférica quanto aos desastres ambientais.

Das afirmativas, estão corretas as dos itens

- A) III, IV e VI.
- B) II, IV e V.
- C) II, III e VI.
- D) I e V.

22. De acordo com o texto, o problema reiterado de desastres ambientais significativos, no Brasil, deve-se

- A) exclusivamente aos impactos relacionados às mudanças climáticas em todo o planeta afetando de maneira diversa os moradores de áreas urbanas.
- B) principalmente à ausência de políticas públicas efetivas relacionadas à questão do déficit habitacional e direcionadas à população em vulnerabilidade social.
- C) principalmente à permissão indiscriminada e facultada pelo Estado a grandes empreendimentos para ocuparem espaços inapropriados e proibidos por lei ambientais.
- D) exclusivamente ao agravamento do negacionismo científico que não atribui a ocorrência de grandes desastres às mudanças climáticas, mas à população pobre.

23. Considerando o modo de organização das ideias, as expressões “**nas três cidades**”, “**esse quadro**” e “**déficit habitacional**”, em negrito no texto, interligam parágrafos e são responsáveis

- A) pela coesão por conexão.
- B) pelo paralelismo sintático-semântico.
- C) pelo acréscimo e retomada de informações.
- D) pela manutenção temática.

24. No último parágrafo, a interligação entre parágrafos foi realizada por um elemento coesivo que se encontra

- A) explícito: “pois”.
- B) elíptico: “entretanto”.
- C) explícito: “para que”.
- D) elíptico: “portanto”.

25. Considere o trecho.

Para isso, é necessário entender a [1] crise climática a partir de uma perspectiva social e racial, como propõe o Instituto Perifa Sustentável, que reivindica a [2] democratização e a representatividade das juventudes nos locais de tomada de decisão em relação a [3] políticas ambientais.

A ausência do acento grave nas palavras em destaque

- A) se justifica porque, em [1] e [2], há a presença apenas de um artigo feminino; e, em [3], há, apenas, uma preposição exigida pela palavra “relação”.
- B) se justifica porque, em [1] e [2], as palavras em destaque são apenas preposições exigidas pelos verbos “entender” e “reivindicar”, respectivamente.
- C) não se justifica porque, em [2], há a fusão de uma preposição exigida pelo verbo “reivindicar” e o artigo feminino admitido pelo substantivo “democratização”.
- D) não se justifica porque, em [3], há a fusão de uma preposição exigida pelo substantivo “relação” e o artigo feminino admitido pelo substantivo “democratização”.

26. O texto reproduzido nesta prova apresenta características estilísticas e composicionais do gênero

- A) crônica e faz uso da variante padrão do português escrito, mas com muitas marcas de oralidade e dominância da linguagem conotativa.
- B) artigo de opinião e faz uso da variante padrão do português escrito, com dominância da linguagem denotativa.
- C) resenha e faz uso da variante padrão do português escrito, com dominância da linguagem denotativa.
- D) artigo científico e faz uso da variante padrão do português escrito, com poucas marcas de oralidade e dominância da linguagem conotativa.

27. Analise o período abaixo.

Para que populações periféricas possam viver com dignidade nas cidades brasileiras [1], é necessário [2] pensar na questão climática de maneira interseccional [3], pois a injustiça ambiental no Brasil tem cor [4].

No período,

- A) a segunda oração é subordinada à terceira, com a qual mantém uma relação consecutiva, e, por isso, representa maior valor argumentativo.
- B) a segunda e a terceira orações são coordenadas assindéticas e estabelecem uma relação adversativa. Por isso, a segunda oração apresenta maior valor argumentativo.
- C) a terceira e quarta orações são coordenadas e estabelecem uma relação consecutiva. Por isso, a terceira oração apresenta valor argumentativo secundário.
- D) a primeira oração é subordinada à segunda, com a qual mantém uma relação de finalidade, e, por isso, representa valor argumentativo secundário.

28. Considere o seguinte período:

“A situação não pode ser lida apenas como um evento extremo isolado.”

Se o sujeito for flexionado para o plural, na locução verbal,

- A) apenas o verbo principal acompanhará essa flexão.
- B) apenas o verbo auxiliar acompanhará essa flexão.
- C) ambos os verbos irão para o plural.
- D) ambos os verbos permanecerão no singular.

29. Avalie, considerando as relações coesivas do português escrito padrão, o parágrafo abaixo.

Todo esse quadro expõe a forma como os conceitos de justiça socioambiental e racismo ambiental são intrincados: enquanto o primeiro caracteriza a produção de impactos desiguais pelo meio ambiente, que sobrecarregam grupos minoritários e a população de baixa renda; o racismo ambiental evidencia as consequências dessas degradações, concentradas em bairros e territórios periféricos, onde vivem famílias mais pobres e há maior concentração de pessoas negras, indígenas e quilombolas.

Nesse parágrafo, a quebra do paralelismo pode ser evitada pela

- A) substituição da expressão “racismo ambiental” por “o segundo”.
- B) substituição do ponto e vírgula por dois pontos.
- C) substituição de dois-pontos por um ponto.
- D) exclusão do mecanismo de conexão “enquanto”.

CONCURSO PÚBLICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL/RN
EDITAL Nº 001/2023

As questões 30 a 32 referem-se ao texto a seguir.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO, no uso das atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 141 de 28 de agosto de 2014, faz saber que JULGA PROCEDENTE o auto de infração referente ao Processo Administrativo Ambiental abaixo relacionado. Fica intimado a empresa e/ou pessoa física aqui citada para no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data publicação desse edital, liquidar, junto à Fazenda Municipal, o débito relativo ao processo mencionado ou apresentar recurso a segunda instância administrativa, na forma do artigo 128 da Lei nº. 4.100, de 19 de junho de 1992 (Código do Meio Ambiente do Município de Alegrete).

PROCESSO ADMINISTRATIVO	AUTUADO
Nº. 20201331100	CONSTRUTORA SUA CASA SUA VIDA LTDA

Alegrete, 27 de Março de 2023.

José Urbano da Silva

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

30. Ao avaliar o texto, de acordo com a norma padrão do português escrito, o revisor deve, rigorosamente, identificar que há

- I. ausência de uma concordância verbal.
- II. dois problemas de concordância verbal e dois de nominal.
- III. dois problemas referentes à regência verbal.
- IV. ausência de um acento grave na expressão “a segunda instância”.
- V. necessidade de vírgulas na intercalação de expressões adverbiais.

Os problemas que precisam ser revisados estão indicados nos itens

- A) I e II e IV.
- B) II, III e V.
- C) I, IV e V.
- D) II e III e IV.

31. Na expressão “desse edital”, o emprego do pronome demonstrativo constitui um problema de

- A) progressão discursiva.
- B) coesão sequencial.
- C) coesão referencial.
- D) paralelismo sintático-semântico.

32. Em conformidade com o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990), que trata do uso das iniciais maiúsculas e minúsculas, a grafia da palavra **Março**, no texto, com inicial maiúscula deve ser considerada

- A) inadequada, porque os nomes de meses do ano devem ser grafados, rigorosamente, com letra inicial minúscula.
- B) adequada, porque utilizar a letra maiúscula no nome de meses do ano é facultativo.
- C) adequada, porque utilizar a letra maiúscula no nome de meses do ano e de estações do ano é facultativo.
- D) inadequada, porque os nomes de meses do ano bem como nos nomes de cursos e disciplinas devem ser grafados, rigorosamente, com letra inicial minúscula.

CONCURSO PÚBLICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL/RN
EDITAL Nº 001/2023

33. O fecho das comunicações oficiais tem os objetivos de arrematar o texto e de saudar o destinatário. Atualmente, o Manual de Redação da Presidência da República determina que
- A) devem ser utilizados, para todos os tipos de comunicação oficial, apenas dois fechos: atenciosamente e respeitosamente.
 - B) deve ser utilizado “Atenciosamente” para autoridades superiores, com exceção do presidente da república.
 - C) devem ser utilizados, nas comunicações dirigidas a autoridades estrangeiras, os mesmos fechos determinados por esse Manual.
 - D) deve ser utilizado “Respeitosamente” para autoridades de mesma hierarquia ou de hierarquia inferior.

Para responder as questões 34 e 35, analise o Ofício abaixo, tendo em vista a composição estilística e composicional dos gêneros textuais.

Ofício Nº 72R2021/GP-CMA

Alegrete/RN, em 02 de julho de 2021

Excelentíssimo Senhor ESTRADINO DE OLIVEIRA
Superintendente Regional do DNIT no Rio Grande do Norte
Av. Bernardo Vieira, 3656 - Bairro Lagoa Nova - CEP 59.050-045 - Natal/RN –
estradino.oliveira@dnit.gov.br

Senhor Superintendente,

Com os cordiais cumprimentos, e na qualidade de Vereador Presidente da Câmara Municipal de Alegrete, dirijo-me a Vossa Excelência, através de Indicação Verbal de autoria do Vereador Edil Silva -PDB, que se digne fazer o roço nas margens da BR 101; bem como informar a este Poder Legislativo o motivo pelo qual não está sendo realizado o roço da mesma. De conformidade com o artigo 107 Regimento Interno - Sessão Ordinária Remota do dia 2 de julho de 2021.

Na certeza do pronto atendimento, aproveitamos a oportunidade para reiterarmos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,
Presidente da Câmara de Alegrete

Avalie as afirmativas abaixo relacionadas ao Ofício.

- I. No cabeçalho, a ausência de timbre se justifica porque sua utilização é facultativa. Nele é obrigada a centralização do nome do órgão que deve estar presente apenas na primeira página do documento.
- II. A identificação do expediente está grafada incorretamente, pois apenas a primeira letra do nome do documento está em maiúscula.
- III. A apresentação do assunto, de maneira sucinta, dando uma ideia geral do que trata o documento, é obrigatória.
- IV. Os parágrafos que compõem o texto do ofício deveriam ter sido numerados visto que o documento contém dois parágrafos.
- V. Não se utiliza a sigla da unidade da federação depois do nome da cidade onde foi expedido o documento.

34. Dentre as afirmativas, estão corretas

- A) I, II e V.
- B) I e III e IV.
- C) II, IV e V.
- D) II, III e V.

35. Considerando a norma padrão do português escrito, durante a revisão do Ofício, o revisor de textos observou que
- I. a palavra "mesma" não deve ser utilizada para se fazer substituição pronominal; deve ser substituída por um substantivo sinônimo ou pronome pessoal;
 - II. a palavra "mesma" foi utilizada corretamente; pois, nesse caso, ela tem função adjetiva além de reforçar uma informação anterior;
 - III. o ponto utilizado depois de "mesma" não provoca truncamento sintático-semântico; não deve ser retirado, pois, nesse caso, indica estilisticamente uma ênfase;
 - IV. o último período apresenta um problema de regência nominal;
 - V. o uso do ponto e vírgula não se justifica; deve ser retirado, pois não se deve separar orações aditivas que tenham o mesmo sujeito.

Das observações apontadas pelo revisor, estão corretas e devem ser aplicadas na correção do texto apenas as dos itens

- A) II, III e V.
 - B) II e IV.
 - C) I, IV e V.
 - D) I e III.
36. De acordo com o português padrão, em um texto dirigido ao Presidente de uma Câmara Municipal, o pronome de tratamento correto que deve ser utilizado no vocativo e no corpo do texto, respectivamente, são
- A) "Senhor Presidente" e "Excelentíssimo senhor".
 - B) "Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara" e "Vossa Excelência".
 - C) "Prezado Senhor" e "Sua Excelência".
 - D) "Ilustríssimo Senhor Vereador da Câmara" e "Vossa Senhoria".
37. Ao revisar uma ata manuscrita já concluída, o redator identificou um erro na redação de uma informação. Nessa situação, tendo em vista a lavratura da ata, o redator deve recorrer à expressão
- A) "*Ipsis litteris*", que deve ser posta no local da ocorrência do erro, acompanhada pelo texto da correção.
 - B) "Digo", que deve ser posta no local da ocorrência do erro, acompanhada pelo texto de correção.
 - C) "Em tempo", que deve ser posta após o texto produzido, acompanhada pelo texto de correção.
 - D) "*Sic*", que deve ser posta após o texto produzido, acompanhada pelo texto de correção.
38. Em relação ao uso das pessoas do discurso, a Ata é caracterizada pelo uso
- A) obrigatório da primeira pessoa do plural ao longo do texto.
 - B) obrigatório da segunda pessoa do singular no momento do fecho.
 - C) facultativo da segunda pessoa do plural ao longo do texto.
 - D) facultativo da primeira pessoa do singular no momento do fecho.

39. Nas Atas, o tempo verbal dominante é

- A) o pretérito imperfeito do indicativo, por se referir a ações não concluídas no momento da lavratura da ata.
- B) o presente do indicativo, por se referir a ações que ocorreram, simultaneamente, ao momento da lavratura da ata.
- C) o pretérito perfeito do indicativo, por se referir a ações concluídas antes da lavratura da ata.
- D) o pretérito imperfeito do subjuntivo, por se referir a uma ação passada que pode ter ocorrido ou não antes da lavratura da ata.

40. Se o texto *A cor da injustiça ambiental no Brasil* tivesse sido publicado na página 10 do caderno Cotidiano, na versão impressa do *Le Monde Diplomatique Brasil*, na mesma data que o texto online, deveria ser referenciado da seguinte forma:

- A) AZEVEDO, Carolina e PRADO, Samantha. **A cor da injustiça no Brasil**. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, Cotidiano, p. 10, 03 mar. 2023.
- B) AZEVEDO, Carolina; PRADO, Samantha. *A cor da injustiça no Brasil*. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, 03 mar. 2023. Cotidiano, p. 10.
- C) *A COR da injustiça no Brasil*. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, 03 mar. 2023. Cotidiano, p. 10.
- D) **A COR da injustiça no Brasil**. Sérgio Rodrigues. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, Cotidiano, p. 10, 03 mar. 2023.